

## **PARECER Nº 0032-2007**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ao Projeto de Lei nº **0042-2007**

Autor: Vereadora **SANDRA MARIA BONAN RENÓFIO**

*“Institui o programa de orientação educacional de prevenção de acidentes na infância, como atividade extracurricular na rede municipal de ensino da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências.”*

### **RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em pauta foi encaminhado a este relator para análise e Parecer. O mesmo conta com Parecer Jurídico pela ilegalidade e inconstitucionalidade, cujo texto reproduzimos a seguir: *“ O projeto de lei invade a esfera de competência do Executivo, apresentando vício de iniciativa, posto que questões atinentes à serviços públicos, no caso serviço público municipal de educação, são de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo. Serviços públicos são aqueles que a Administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade, visto que sua utilização é uma necessidade coletiva e perene. Dentre os serviços públicos estão o arruamento, as águas e esgotos sanitários, pavimentação e calçamento, iluminação pública, trânsito e tráfego, **educação**, saúde pública, entre outros. O artigo 61, § 1º, alínea “b” da Constituição Federal reserva ao Presidente da República a iniciativa de leis que disponham sobre “organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, **serviços públicos** e pessoal da administração dos territórios. Por extensão, aplica-se também aos governadores de estado e prefeitos municipais. Além disso, fere a Lei Orgânica do Município, posto que todas as leis que criem ou alterem funções a departamentos do município são de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o artigo 55, §3º, Inciso III da Lei Orgânica do Município, que diz: Artigo 55 :.....§ 3º São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que: III – criem, alterem, estructurem as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional. Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Municipal Brasileiro*, 14ª Edi., Malheiros, São Paulo, 2006, pág. 732, nos ensina que “Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio de projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição de secretarias, órgãos e entidades da administração pública municipal;” Daí decorre, portanto, o fato de*

*pertencer ao Prefeito a legitimidade para apresentar o projeto de lei em tela, não sendo possível sua substituição nesse mister por nenhum membro do Poder Legislativo local. Isto posto, apresentamos nosso parecer desfavorável a regular apreciação do mesmo pelo Egrégio Plenário, por apresentar vício de iniciativa e, portanto, **ilegal e inconstitucional**. É o parecer. “*

Analisando o presente Projeto de Lei, observamos que o mesmo não poderá lograr êxito, tendo em vista os vícios de ilegalidade que o maculam.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei incide em insanável vício de iniciativa, conforme o art. 55, § 3º, inciso III da Lei Orgânica do Município.

### **VOTO DO RELATOR**

Analisados todos os aspectos que me competem, e considerando as razões expostas no relatório retro apresentado, recomendamos à Comissão seja apresentado Parecer pela **ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

**RAFAEL GUSTAVO CARDOSO FERREIRA**

Relator

**PARECER Nº 0032-2007**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Ao Projeto de Lei nº **0042-2007**

Autor: Vereadora **SANDRA MARIA BONAN RENÓFIO**

*“Institui o programa de orientação educacional de prevenção de acidentes na infância, como atividade extracurricular na rede municipal de ensino da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências.”*

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunindo seus membros nesta data para apreciar o Projeto supra, após ouvir os argumentos do nobre Vereador Relator, faz do competente Relatório o seu Parecer.

Portanto, esta Comissão emite **PARECER PELA ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE** ao Projeto de Lei nº 0042-2007, reservando ao Plenário a decisão final.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2007.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

**ALMIRA RIBAS GARMS**  
Presidente da Comissão

**RAFAEL GUSTAVO CARDOSO FERREIRA**  
Vice-Presidente e Relator

**MÁRCIO ANHESIM**  
Secretário